



Do Repetível ao Historicizado: Notas sobre uma Prática de Sentidos¹ (*From the Repeatable to the Historicized: Notes about a Practice of Senses*)

Rejane Maria Arce Vargas*

Resumo

Neste texto, fazemos uma reflexão acerca do discurso de mobilização social presentificado em textos de adolescentes que vivenciaram e praticaram uma história tecida por entre saberes discursivos doutrinário-libertários, em um espaço urbano no qual o litúgio sobre o que 'se tem direito' foi desde sempre objeto de reivindicação. Esses textos foram produzidos em contexto escolar e analisados sob uma perspectiva materialista do sentido a qual impõe pensar que os modos de ser e estar no mundo são incontornavelmente constituídos pela linguagem.

Palavras-chave: sujeito, sentido, mobilização social, historicidade.

Abstract:

In this text, we reflect upon discourses of social mobilization which are present in texts of adolescents who live and practice a history woven among discursive-doctrinal-libertarian knowledges in an urban space where the litigation about what "we have the right to" has always been matter of reivindication. These texts were produced at school and analyzed under a materialist perspective of senses which imposes to think that the ways of being in the world are irretrievably constituted by language.

Keywords: subject, sense, social mobilization, historicity.

¹ Este texto é constituído de parte de reflexão desenvolvida em Dissertação de Mestrado em Letras/Estudos Lingüísticos intitulada *Ponte para o Devir: Um Trajeto por entre Saberes Discursivos*, de autoria de Rejane Maria Arce Vargas, sob orientação da Profa. Dra. Amanda Eloina Scherer. Disponibilidade em: http://www.ufsm.br/mletras/arquivos/REJANE_ARCE_VARGAS.pdf

* Professora do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal de Santa Maria-RS, Brasil; Doutoranda em Letras/Estudos Lingüísticos (UFSM/ PPGL/ Laboratório Corpus). Universidade Federal de Santa Maria, Laboratório Corpus: Av. Roraima, n. 1000, Cidade Universitária, Bairro Camobi, Centro de Educação, sala 3302, Santa Maria-RS, CEP 97105-900. Fone: 55-0xx55-32208956. E-mail: rejanearce@hotmail.com.

Falar em inclusão/exclusão social se tornou um imperativo social perfeitamente ajustado à ‘onda’ do ‘politicamente correto’, tornou-se palavra de ordem, de tal modo que enunciados que outrora se vinculavam fortemente a posições políticas e que configuravam modos de pensar e estar no mundo ganharam tamanha instantaneidade a ponto de determinados sentidos passarem a transitar por cenários antes impensados. Por outro lado, refletir acerca da filiação de sentidos em tempos etéreos impõe-se sobremaneira e requer novas formas de mobilizar a teoria em consonância com as práticas de sentidos contemporâneas. Em face disso, um espaço do urbano foi se apresentando como profícuo para refletirmos acerca dessa problemática. Espaço este que foi desde sua constituição um espaço de litígio acerca do estar nesse lugar, dos sujeitos desse lugar e de sua própria instauração, isto é, de sua nomeação. Foi dele que nos ocupamos em estudo recente e é dele que trataremos aqui.

Trata-se de uma história que podemos re-contar do seguinte modo.

O cenário é a cidade de Santa Maria (RS, Brasil), o ano é 1991, o dia é 07 de dezembro. Famílias lideradas por integrantes do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN) ocupam uma parte da antiga Fazenda Santa Marta, área de aproximadamente 1200 hectares, de propriedade do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, onde em 340 hectares havia a promessa de serem construídas, nos anos de 1980, moradias populares. Tal feito não ocorreu e foi um dos estopins para que ocorresse a ocupação da área.

A trajetória da ocupação foi tensa. A partir da terceira noite da ocupação, a polícia cercou o local, impediu a entrada de novos ocupantes, permitindo somente a saída. No dia 18 de dezembro de 1991, houve o pedido de reintegração de posse da área, o que foi negado seis dias mais tarde, com base no Artigo 5º da Constituição Federal do Brasil que trata dos Direitos e Garantias Fundamentais e Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (cf. BOTEGA, 2004).

Essa luta por um lugar de moradia é perpassada por conflitos, entre cadastramentos e sorteios de lotes, olhares atentos e coercitivos da ordem policial, reivindicações por condições básicas de infra-estrutura, água, energia elétrica, transporte público, escolas etc. Em 1993, por exemplo, a água que havia para os ocupantes era a de uma sanga, compartilhada com os animais. Além da sanga e das fontes naturais, havia

quatro torneiras comunitárias na ocupação. A reivindicação por água e luz só foi atendida no ano de 1996 (cf. SCHERER, 2005)².

Somente após sete anos de ocupação, em 1998, a Nova Santa Marta passou a contar, na Vila Pôr-do-Sol, com uma instituição escolar, a Escola Marista Santa Marta, que se propunha a atender alunos de pré-escola até a 4ª série. Avoluma-se nesse período a preocupação com as vias de acesso, pois o caminho até a escola envolvia a travessia de uma sanga. Desde então começaram as passeatas, o envio de cartas às autoridades da cidade, as manifestações públicas com a participação de estudantes.

Vale ressaltar que essa escola é uma instituição particular de ensino, porém, trata-se de um projeto social voltado à educação popular que visa à promoção da cidadania, da consciência crítica, da autonomia por meio da valorização do lugar onde se mora via engajamento em questões em que nele se desenrolam e este orientado por uma práxis pautada no princípio da ‘transformação social’, o que designamos como “educação popular libertária”. Nessa perspectiva, a escola adota uma proposta de desenvolvimento ‘integral’ do educando, que busca efetivar-se mediante uma ‘pedagogia de projetos’ que objetiva ir ao encontro dos interesses de vida dos alunos e da comunidade, uma vez que estes participam do processo de escolha dos temas a serem estudados ou mesmo praticados. Oferece ainda atividades extraclasse, como capoeira, dança de rua, grafite, canto, teatro, acesso à microinformática etc., das quais algumas são extensivas a familiares de alunos ou a pessoas sem vínculo com a escola, por meio do Centro Social Marista, que funciona agregado à escola e constitui uma organização que atende também a grupos de terceira idade, jovens, contemplando entre suas atividades as que visam à geração de trabalho e renda, na forma de oficinas de capacitação (cf. Proposta Pedagógica da Escola³).

A ocupação conta também, desde 2001, com a Escola Estadual Assentamento Santa Marta, a qual oferta todas as séries do ensino fundamental, bem como a educação de jovens e adultos. Em 2003, a ocupação recebeu a atenção do município, passando a contar com a Escola Municipal Adelmo Simas Genro (cf. SCHERER, 2005). Contudo, a demanda por escolas ainda é um problema na ocupação, pois não há instituição de

² Maurício de Freitas Scherer elaborou, em 2005, uma cartilha de caráter histórico-geográfico sobre a ocupação, é uma historiografia importante para este trabalho, na medida em que contempla as demandas da comunidade desde 1991 a 2005, destacando os primeiros momentos da ocupação e os mais tensos, as datas de efetivação das reivindicações, da instalação de escolas, das mobilizações, caminhadas, protestos, cadastramentos, celebrações etc.

³ Em: <http://www.maristas.org.br/colegios/page.asp?cod=28&codpag=1041>

ensino médio no local, que é distante cerca de 10 km das escolas que oferecem este nível de ensino e, portanto, requer deslocamento via algum tipo de transporte.

A história da ocupação tem sido trilhada conjuntamente à de suas demandas. Em um primeiro momento, postulou-se um ‘lugar’, no qual foi preciso manter-se atento e resistente. Em seguida, eram necessárias lutas em favor de infra-estrutura básica: água, energia elétrica, ruas, saneamento, escolas, pontes, transporte público, escolas, creches e um nome para o lugar. Após terem se passado quinze anos desde a primeira ocupação, em 29 de dezembro de 2006, foi assinada a Lei⁴ que passou a designar a Nova Santa Marta como um bairro da cidade. A nova lei sobre a divisão urbana revogou a anterior que datava do ano de 1986⁵, na qual a Nova Santa Marta não figurava. Com a lei de 2006, passou a ser um bairro que, no entanto, ainda carece de regularização fundiária.

Em novembro de 2007, foi assinado, em ato público realizado nas dependências da Escola Marista Santa Marta, um protocolo que previa a transferência da área do Estado do RS para o Município de Santa Maria, a fim de que pudessem ser efetivadas obras de infra-estrutura no bairro Nova Santa Marta por meio dos recursos provenientes do PAC, o Plano de Aceleração do Crescimento, do Governo Federal. O que demandou ainda a aprovação de Projeto de Lei Municipal nº. 7017⁶, votado e aprovado por unanimidade na sessão plenária mais longa que se tem registro em Santa Maria⁷, em 13 de dezembro de 2007. Perante esta conjuntura, a ação da comunidade foi de vigília. Moradores da Nova Santa Marta passaram a noite na Câmara até que fosse votado o projeto de lei que possibilitaria enfim a execução das obras de regularização fundiária no bairro:

Eram 7h30 desta sexta-feira quando os vereadores aprovaram o projeto por unanimidade. Um grupo formado de lideranças comunitárias e moradores da Nova Santa Marta aguardaram, no plenário durante toda a

⁴ Lei Complementar nº. 42, na qual o artigo nº. 49. Disponível em: http://www1.camara-sm.rs.gov.br/index.php?option=com_content&task=category§ionid=10&id=184&Itemid=104&limit=20&limitstart=40

⁵ Lei Municipal nº 2770 de 1986.

⁶ “Projeto de Lei 7017, de autoria do Executivo, que autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento com a Caixa Econômica Federal, a oferecer garantias e dá outras providências”. Conforme o projeto, o valor do financiamento é de até R\$ 63.650.000,00. Por acordo de lideranças, o projeto entrou em primeira discussão. Deste valor, **39 milhões e 900 mil serão destinados a obras de infra-estrutura na Nova Santa Marta**”. In: Ata 088/2007, Sessão Plenária da Câmara de Vereadores de Santa Maria, em 13/12/2007. Grifos nossos. Disponível em: http://www.camarasm.rs.gov.br/index.php?option=com_content&task=category§ionid=28&id=249&Itemid=136

⁷ Ver em:

http://www.camarasm.rs.gov.br/index.php?option=com_content&task=category§ionid=28&id=249&Itemid=136

madrugada, pela votação do projeto (...) o grupo dos **moradores que esperaram das três da tarde de quinta-feira até as seis da manhã de sexta para ver o projeto ser votado** (Ata 088/2007, Sessão Plenária da Câmara de Vereadores de Santa Maria, em 13/12/2007. Grifos nossos).

Resta à comunidade aguardar pela execução das obras e pela documentação de posse de seus lotes em um espaço do urbano onde ocupações organizadas⁸ e espontâneas se seguiram ao longo dos dezessete anos desde a primeira ocupação, e que hoje é constituído por oito unidades residenciais e mais de 20 mil habitantes.

Até aqui, contamos uma história na qual procuramos nos inserir ao modo de um olhar perpassado pela teoria do discurso, que visou a entretecer um caminho em face de uma história que se dá no tempo presente e da qual não objetivamos distanciamento, mas um olhar intervalar, que busca nos hiatos e silêncios a política de um dizer que constitui especialmente os sujeitos do lugar. E há inúmeras formas de contar essa história; contudo, em uma perspectiva materialista do discurso, em que se dá voz às práticas efetivas de sentidos, acreditamos que, seja lá como for a forma escolhida para o contar, esta sempre reclama pelas ações em nível simbólico, constituída de fatos, de materialidades que precisam ser remetidas a uma história de filiação de dizeres – por isso dizemos que a história pode ser muitas, mas não qualquer uma, pois demanda as práticas de sentidos, isto é, os sujeitos que as puseram em movimento de historicização. Diante dessas premissas, compusemos o corpus de análise mediante textos formulados no seio da comunidade em situações em que não houve a intervenção do pesquisador. Dessa forma, os textos que analisamos chegaram até nós em razão da sensibilidade de uma das professoras de Língua Portuguesa dos adolescentes⁹, que nos possibilitou o acesso aos textos em face do conhecimento de nosso interesse de pesquisa. Dito isso, outro momento se constitui a partir de então, a voz de quem conta é a de quem vive o contar e o pratica.

PRATICAR UMA HISTÓRIA – PONTE ENTRE ESCRITA, ESCOLA E VIDA

O corpus da pesquisa foi então compreendido por: 70 produções textuais de alunos da Escola Marista Santa Marta; seleção de fotos da comunidade feitas pelos

⁸ De acordo com Scherer (2005), as ocupações *07 de Dezembro* (1991), *10 de Outubro* (1992) e *Alto da Boa Vista* (1993) foram organizadas pelo MNLM.

⁹ Agradecemos a professora Taís da Silva Martins, que nos disponibilizou os textos de seus alunos, imprescindíveis no desenvolvimento de nossa pesquisa no âmbito constitutivo e humano que a ela subjaz.

alunos; duas entrevistas com líder local do MNLM concedidas em rádio local e um vídeo institucional da Escola e Centro Social Marista, as quais se organizam em torno do discurso de ‘mobilização social’ que historiciza a prática simbólica de sentidos ao longo da instauração do espaço. Para a elaboração deste texto, centramos nosso interesse, especialmente, nas produções textuais de adolescentes alunos da Escola Marista Santa Marta, instituição de orientação cristã-libertária, pioneira em se estabelecer na ocupação, e que empresta notoriedade e condições de profusão dos discursos formulados neste espaço. Esses textos foram produzidos em situações distintas e foram, por nós, divididos em dois subgrupos temáticos: 1) **textos-ponte** e 2) **textos dos 15 anos**. Todavia, a fim de dar corpo à análise, bem como às relações entre os discursos em circulação na comunidade (que ressoam uns nos outros), trazemos à tona algumas das outras materialidades que compuseram o corpus da pesquisa.

No primeiro subgrupo, a nomeação **textos-ponte** remete à recorrência nominal mais acentuada: em 25, do total de 30 textos, ‘ponte’ foi rememorada como conquista da qual os autores foram partícipes. É destaque também nesses textos a repetibilidade do nome ‘comunidade’ colocada em jogo com ‘eu’, ‘eles’ e ‘nós’, como agentes de sentidos desencadeados por práticas em torno das nomeações: *abaixo-assinado*, *protesto*, *passeata*, *manifestação* etc. Este subgrupo de textos foi o eixo norteador da análise, constituindo a maior parte dos recortes, pois possibilitaram estabelecer relações que trazem à tona o modo tenso da história de constituição do discurso na comunidade, ao se considerar que a comunidade é originária de uma mobilização liderada por um movimento social pró-moradia e demandas sociais em torno dessa reivindicação, que a escola onde esses textos são produzidos foi a primeira a se estabelecer na ocupação e corporifica um discurso libertário que faz ressoar as reivindicações da comunidade, e ainda que os sujeitos que se inscrevem/são tomados por essa discursividade, em sua maioria, cresceram/viveram/participaram na/da história de constituição da comunidade.

Mesmo que, orientando-nos por uma escolha de caráter analítico-metodológico, o primeiro subgrupo denominado **textos-ponte** tenha sido o foco de nossa análise, levamos em conta o processo de **constituição** (da memória interdiscursiva) desses dizeres, atrelado ao seu modo de **formulação** (às condições de produção e circunstâncias específicas de enunciação), além de seu modo de **circulação** (cf. ORLANDI, 2005) na cidade, na comunidade. Dessa forma, são imprescindíveis outras materialidades textuais para estabelecermos as relações entre os saberes

discursivos em relação na constituição do discurso na comunidade. Nesta perspectiva, também foi objeto de nossa atenção um outro subgrupo temático, os **textos dos 15 anos**. Em número de 40, eles dão corpo à trajetória da ocupação pela voz de sujeitos do lugar, crianças que participaram dessa história ou estiveram muito próximas a sua constituição. Esses textos foram produzidos por ocasião da semana de comemoração do 15º ano de ocupação da Fazenda Santa Marta, em 07 de dezembro de 2006, dia em que as primeiras famílias adentraram a fazenda, em 1991.

Consideradas essas materialidades, e a partir de recortes, empreendemos análises levando em conta especialmente as relações entre saberes discursivos entretecidos no processo de subjetivação respeitante a sujeitos que são instados a se identificarem com discursos notadamente atrelados à mobilização social.

TRAJETO E DEVIR: TEXTOS-PONTE

Os **textos-ponte** inserem-se no conjunto de atividades integrantes de projeto intitulado “Jovens: interesses e relações”. Os textos foram escritos na oportunidade da semana do estudante (ano de 2006), tendo como mote a música “Vamos fazer um filme”, da Banda Legião Urbana¹⁰. A fim de impulsionar o diálogo e desencadear o processo de escritura dos textos, foram lançadas as seguintes formulações¹¹:

“A semana do estudante propõe-se a trabalhar a partir do protagonismo estudantil, para que o(a) jovem assuma o compromisso de construir a educação e a sociedade que tanto quer e sonha a partir de seu chão, que é a escola” (Revista Mundo Jovem, jul/06). Na nossa escola, isso já acontece? De que forma? Você lembra de alguma ação que os alunos da nossa escola protagonizaram em busca de benefícios para a sua comunidade?

Levando em conta o ‘termômetro’ que estabelecemos para o procedimento de análise, isto é, dizeres atrelados à ‘mobilização social’ (reivindicação, afirmação identitária, protesto, reclamação etc.), do conjunto de 30 textos, os **textos-ponte**¹², recortamos 8 seqüências discursivas (SDs) em que damos visibilidade a nomes,

¹⁰ Trecho da composição de Renato Russo: “Achei um 3x4 teu e não quis acreditar/ Que tinha sido há tanto tempo atrás/ Um bom exemplo de bondade e respeito/ Do que o verdadeiro amor é capaz/ A minha escola não tem personagem/ A minha escola tem gente de verdade/ Alguém falou do fim-do-mundo./ O fim-do-mundo já passou/ Vamos começar de novo:/ Um por todos, todos por um/ O sistema é mau, mas minha turma é legal/ Viver é foda, morrer é difícil/ Te ver é uma necessidade/ Vamos fazer um filme...”

¹¹ Informações extraídas do Plano de Aula da professora da turma.

¹² Para esses recortes, adotamos o seguinte modo de apresentação: sublinhado – verbos de ação; realce cinza – nomeações, realce cinza e negrito - designações ‘ponte’ e ‘comunidade’; negrito - para as formas pronominais e nominais que marcam a relação eu/nós.

pronomes e verbos que nos permitem pensar a ‘mobilização’ empreendida pelos sujeitos em favor de uma ponte para a comunidade, tal como segue:

<p>SD 1¹³</p> <p>Eu participei do mutirão da consciência ambiental, nós limpamos a comunidade, quase toda a comunidade. Foi legal porque é para nós mesmos.../ Eu também participei da ponte...</p>
<p>SD 2</p> <p>Toda a escola se empenhou para colocar uma ponte nova. Eu me lembro que eu estava na 2ª série, cada um de nós ganhou uma folha de abaixo-assinado para preencher com os moradores, eu preenchi todo o meu abaixo-assinado.</p>
<p>SD 3</p> <p>Nesses anos nós fizemos várias coisas, arrumamos a ponte da vila 7 de dezembro, também [nós] conseguimos o asfalto... [nós] fizemos o mutirão da consciência ambiental... [nós] fizemos a caminhada da paz...</p>
<p>SD 4</p> <p>Eu me lembro que um dia a escola fez um mutirão pela paz na comunidade, todos nós fizemos este mutirão.../ E também nós fizemos outro mutirão para arrumar a ponte... nós mandamos cartas para o vereador da comunidade...</p>
<p>SD 5</p> <p>...nós conseguimos que colocassem o asfalto em toda a rota do ônibus...</p>
<p>SD 6</p> <p>...quando eu estava na terceira série, eu participei da construção da ponte, lá nos fundos do colégio...</p>
<p>SD 7</p> <p>Nós, jovens da Escola Marista Santa Marta, lutamos para conseguir muitas coisas para a nossa comunidade... / [nós] Fizemos protesto para conseguirmos mais segurança para a nossa comunidade, [nós] mandamos cartas em 2003 para o prefeito para arrumar a ponte aonde o ônibus passava porque tava caindo e conseguimos./ [nós] Fizemos mutirão para limpar a nossa comunidade, [nós] fizemos passeata da paz. Nós fizemos muitas coisas pela nossa comunidade e fora o que eu não me lembro...</p>
<p>SD 8</p> <p>Os jovens ajudam muito a comunidade... o mutirão da consciência ambiental, a ponte e agora asfaltar as ruas principais./...[nós] tentamos fazer outras coisas, mas não deu certo por que a prefeitura não quis.</p>

O referente emblemático que figurou em 25 do conjunto dos 30 textos examinados constitui um pontilhão designado¹⁴ como ‘ponte’. Este referente é de

¹³ SD = seqüência discursiva; SDs = seqüências discursivas; [nós] intercalação nossa; / = parágrafo diferente.

¹⁴ Designação tal como é formulada por Guimarães (2005), ou seja, um nome tomado na história, por meio de relações lingüístico-simbólicas, isto é, remetido ao real, assim como a noção de referente que não tem uma dimensão pragmática, mas histórica, quer dizer, na medida em que as relações lingüístico-

importância ímpar para os sujeitos autores dos textos, uma vez que faz a ligação entre duas vilas e possibilita o acesso à escola. A melhoria da ponte, outrora de madeira e em tal mau estado que impossibilitava o tráfego de ônibus, foi objeto de reivindicações, da qual esses sujeitos participaram ativamente, marcando essa atuação por meio de sua escritura. Este referente está atrelado à luta por sua efetivação e, nesse sentido, aparece como objeto de ações: **passeatas, protestos, mutirão, abaixo-assinados** etc. Tais nomeações reivindicam uma tomada de posição dos sujeitos, asseveram um comprometimento com o dizer, o que ganha mais ênfase quando analisadas em relação aos verbos a que estão atreladas. Os verbos **fazer, conseguir, lutar, participar** circundam ações nas quais os sujeitos insistem em se fazer agentes, ao comprometerem seu dizer com sua práxis, por meio de um fazer que encontra efetividade no social e se inscreve na língua. Desse modo, podemos vislumbrar nessa discursividade a injunção *ação* (em nível simbólico) – *discurso*, de tal forma a sublinhar que a ação precisa do discurso para que o sujeito se insira nessa prática¹⁵, tome a palavra, legitimando sua ética, marcando sua entrada no simbólico. O sujeito não tem controle sobre o modo pelo qual a língua tece seus efeitos sobre ele, contudo, há sempre possibilidades de resistência. E, nesse hiato, a categoria pronominal ‘eu’ vem a refratar a sobredeterminação dos sentidos que poderiam engendrar um apagamento do sujeito, ao passo que ‘nós’ pode vir tanto a referendar o caráter de coletividade e uma ética do comunitarismo (por meio de um eu plural), como também, inversamente, pode vir a anular a singularidade, na medida em que o ‘nós’ são ‘todos’ (a comunidade) e o ‘todos’ são ‘nenhum’ (em sua individualidade e possibilidade de singularização).

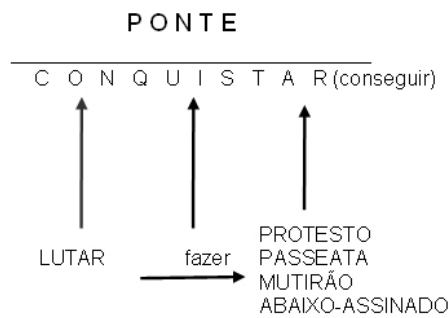
A repetibilidade da designação ‘**ponte**’ nos textos é emblemática, bem como a relação eu/eu-plural assoma-se a ela de igual forma, o que nos leva a compreender a escola como lugar privilegiado das ‘pontes’, do desejo de que elas sejam estabelecidas, lugar de embate dos discursos em circulação e lugar da potência do sujeito, do devir, pois diante do já-lá há uma história que se insurge determinante, indicando que há sítios significantes para além da ponte.

histórico-simbólicas se estabelecem ou historicizam o dizer pela prática de sentidos, estas apontam para o referente e não ao contrário, pois as coisas são referidas enquanto designadas/significadas.

¹⁵ Neste trabalho, quando nos referimos à **prática**, estabelecemos forte vínculo com a ressalva feita por Orlandi (2006: 04): “E guardei rigorosamente a distância teórica que vai da pragmática (interação) e a análise de discurso que pratico e que tem outros princípios. Na análise de discurso o que procuramos entender é a linguagem enquanto **prática social simbólica** (o que é muito diferente de “interação”). Grifo nosso. Orlandi em entrevista a Raquel Goulart Barreto.

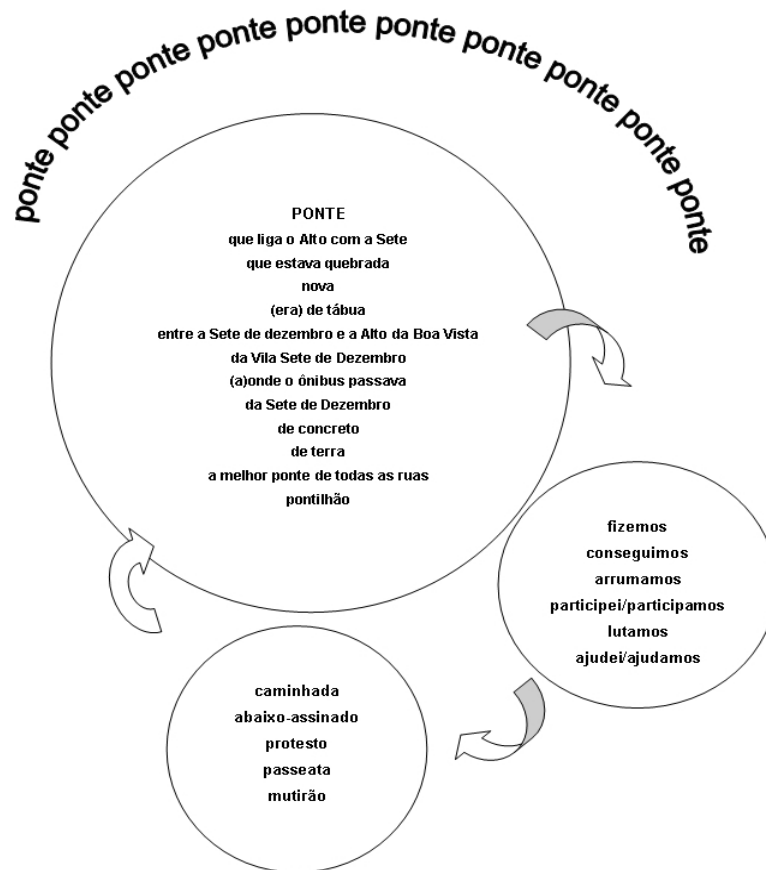
Com base no que precede, elaboramos duas figuras que representam nosso exercício de interpretação. A figura 01 sustenta-se sob a seguinte articulação que observamos em funcionamento nos **textos-ponte**: é necessário **LUTAR**, o que impõe *fazer*: **protesto, passeata, mutirão, abaixo-assinado**, a fim de que se possa **CONQUISTAR**, repetibilidade acentuada que lança o objeto demandado para um horizonte de prospecção e que envolve portanto uma série de práticas que objetivam por fim conseguir uma **PONTE**, designação preponderante que medeia o processo.

Figura 01 - Representação analítica dos **textos-ponte**



Na figura 02, buscamos circunscrever por meio do diagrama o ‘movimento político’ que permite com que o nome pontilhão seja historicizado nos textos dos adolescentes de forma a ser designado como ‘ponte’.

Figura 02 – Representação analítica do funcionamento da designação ‘ponte’



No círculo maior, onde se encontra a designação ponte ao alto, agrupamos as estruturas lingüístico-discursivas que determinam, especificam e predicam o pontilhão, apontando para a significação ‘ponte’, levando em conta que “as coisas são referidas enquanto significadas” (GUIMARÃES, 2005: 10). No círculo abaixo e à direita, reunimos as estruturas verbais que têm como agentes o ‘eu’ e o ‘nós’, as quais asseguram a dimensão subjetiva e política que envolve o nome, impondo uma divisão ao dizer, divisão característica do político que assevera um fazer cooperativo e configura um modo de ‘habitar’ o sentido fragmentado dos saberes discursivos dispersos que compõem o discurso na comunidade. O terceiro círculo, menor e mais abaixo, compreende as nomeações atreladas às estruturas verbais que dão conta de um conjunto de ações que configuram o processo empreendido para a efetivação da ponte, de forma que um aparentemente singelo pontilhão passa a ser designado por ‘ponte’, pois “o que se diz é incontornavelmente construído na linguagem” (cf. GUIMARÃES, 2005: 07).

Diante do que precede, podemos afirmar que os sujeitos na comunidade Nova Santa Marta são aqueles do dissenso no social, da contradição e da exclusão, que, empurrados para fora do urbanizado já significado, formam uma comunidade segunda, diferente daquela comunidade de fato – família, igreja, empresa, nação etc. (cf. ORLANDI, 2006), uma comunidade outra para a qual são impelidos, para além dos limites do urbano, da organização da cidade, tecendo uma unidade imaginária que assume caráter reivindicatório em relação ao que lhes falta na comunidade de fato: direitos fundamentais – à moradia, a uma porção de terra, à energia elétrica, água, escola, vias de acesso. É em torno das demandas sociais que o discurso na comunidade Nova Santa Marta se formula. Ele está materializado na repetibilidade dos já-ditos, submetido à incompletude em que se embatem o eu, o nós e o outro (do já-dito), pontos em que, como disse Pêcheux, nos deparamos com o real, com a língua, onde a sintaxe está sujeita à falha, dando vazão ao equívoco pelo atravessamento da história, pois “o equívoco aparece exatamente como o ponto em que o impossível (lingüístico) vem aliar-se à contradição (histórica); o ponto em que a língua atinge a história” (GADET; PÊCHEUX, 2004: 64).

A repetição e o excesso observados nos textos são manifestações do equívoco, do real da língua, na medida em que:

Imerso nos rituais cotidianos, que supõem a necessidade de um mundo semanticamente organizado e coerente, o sujeito **repete** e falha na repetição, ao mesmo tempo. É habitando a contradição entre uma injunção (histórica) à coerência, clareza, regularidade, concisão (etc.) e surpresa causada pelo equívoco – uma fratura no ritual e na ortopedia dessa semântica das certezas sobre a realidade – que os sujeitos, sofrendo diferentemente os efeitos de linguagem decorrentes dos processos significantes, se singularizam. Diremos, a propósito da singularidade, que em cada sujeito se constitui de modo específico, a ordem significativa, resultando nas diferenças em lidar com essas contradições que os expõem ao equívoco (MARIANI, 1999: 5).

Debruçando-nos no que formula Mariani, destacamos a seguir a transcrição de texto introdutório de vídeo institucional da Escola e Centro Social Marista Santa Marta, que faz parte de um dos grupos de textos que compuseram o corpus de nossa pesquisa, a fim de observarmos a relação entre saberes discursivos, atentando à heterogeneidade. A divisão do texto em comunidade/escola foi por nós delimitada, contudo, diz respeito ao modo mesmo (seqüencial) como o texto se apresenta, ou seja, sob a forma de histórias

entretécidas, pois falar da comunidade é falar (ao mesmo tempo) da escola ou ainda falar da escola requer (antes) falar sobre a comunidade.

Texto A – Transcrição de trecho de vídeo institucional ¹⁶
<p>[COMUNIDADE]</p> <p>Na madrugada do dia 7 de Dezembro de 1991, um grupo de famílias orientadas pelo Movimento Nacional de Luta pela Moradia ocupa a antiga fazenda Santa Marta, a fim de conseguir a desapropriação da área e, conseqüentemente, ter um lugar para morar, deixando de ser inquilinos ou moradores de rua. Após muitas reivindicações pelo direito à habitação, este grupo torna-se a maior ocupação urbana do país, contando com aproximadamente 20.000 pessoas que, infelizmente, ainda hoje, vivem em condições precárias, algumas sem água, luz e, na sua totalidade, sem saneamento básico.</p>
<p>[ESCOLA]</p> <p>É nesta realidade que os irmãos maristas, inspirados no sonho do fundador Marcelinho Champagnat, que é educar e evangelizar crianças e jovens, principalmente os mais empobrecidos, optaram por construir uma grande obra social na Nova Santa Marta; uma escola que atendesse grande parte das crianças e jovens da comunidade e assim, no dia 07 de março de 1998, nasce a Escola Marista Santa Marta.</p>

Podemos notar, no texto acima, duas histórias que se entrelaçam. **Escola e comunidade** formariam um ‘todo’. É dessa forma que compreendemos o funcionamento do discurso na comunidade Nova Santa Marta. Por atravessamentos de posições que se embatem [no campo teórico], mas não se chocam em sua práxis, ensejando movimentos de alteridade que insinuam novas formas de relação com uma formação discursiva¹⁷ (FD) ‘dominante’ [pensamos aqui mais propriamente em relações de poder do que em sobredeterminação de sentidos provenientes de uma FD religiosa/marista]. Nesse sentido, a escola (tomada enquanto espaço heterogêneo de discursos) se configura como lugar de possibilidades, uma vez que é onde são formulados dizeres que ensinam a singularidade por meio do discurso da escola (e do religioso) que corporifica o discurso da problemática social, da materialidade das

¹⁶ ESCOLA MARISTA SANTA MARTA. [s/d]. Vídeo Institucional. Santa Maria, RS: KVA Produções.

¹⁷ A noção de formação discursiva é aqui entendida à luz de Pêcheux em consonância com as releituras que vêm sendo feitas, especialmente por Courtine e Indursky, de forma que podemos dizer que uma FD é o que determina o que pode e deve ser dito em circunstâncias específicas, históricas, sociais e ideológicas as quais dão a direção dos sentidos dos saberes sobre o mundo, mediante um jogo de filiações regido pelas tomadas de posição dos sujeitos, isto é, pelas posições que eles vão ocupar segundo a conjuntura dos discursos, sempre levando em conta que os sentidos, mesmo face à heterogeneidade, inscrevem-se na história, quer dizer, são regidos e demandam interpretação.

demandas no discurso do ‘todo’, este que toma unicidade para significar, circular como discurso na **escola-comunidade**.

Ademais, Orlandi (2002: 249), ao atentar para a escola no espaço urbano, postula a sobreposição do discurso do urbano sobre a cidade, isto é, um discurso urbanista homogeneíza o real da cidade mediante a hipertrofia do senso comum administrativo, burocrático. Nessa conjuntura, a escola, como parte da cidade, é um *locus* de administração de sentidos; entretanto, é, ao mesmo tempo, lugar de interpretação da ordem social cidadina. Neste trabalho, valemo-nos desse entendimento para a compreensão da subjetividade em contexto escolar na contemporaneidade. Além disso, para analisarmos a presença do nome ‘comunidade’ nos dizeres dos adolescentes, levamos em conta a seguinte formulação da mesma autora: “a palavra ‘comunidade’, que tem um sentido preciso no discurso do urbano (...) migrou para o cotidiano significando a torto e a direito nas diferentes situações de vida urbana” (*ibid.*: 249-250). Diante do que precede, importa dizer que, na conjuntura de análise a qual nos reportamos, observamos que a cidade apresenta-se ‘apartada’ da comunidade, ou ainda que a comunidade seria então ‘a cidade’, mas não aquela nomeada “Santa Maria”. A cidade aparece como um espaço circunscrito à ‘comunidade’, uma unidade imaginada (perdida desde sempre?).

Memória do devir – 15 anos de uma história

Na semana de comemoração dos 15 anos de ocupação da Fazenda Santa Marta¹⁸, dentre as atividades alusivas ao aniversário, os alunos assistiram a uma fala de um dos líderes do Movimento Nacional de Luta pela Moradia¹⁹ a propósito da história da comunidade. Mais tarde, foi solicitado que produzissem um texto contando a história da Nova Santa Marta e, para tanto, poderiam coletar informações com familiares e amigos, tal como segue²⁰:

Tarefa de casa:

Pesquise com seus pais, tios, familiares ou vizinhos sobre fatos importantes que aconteceram nesses quinze anos da Comunidade. Pergunte há quantos anos residem no local, se sabem como iniciou esta comunidade e por que vieram morar aqui.

Em aula:

Escrever um texto sobre a história da comunidade.

¹⁸ As atividades alusivas aos 15 anos da ocupação aconteceram de 20 de novembro a 07 de dezembro de 2006.

¹⁹ Cristiano Schumacher.

²⁰ Enunciados extraídos de caderno de aluno.

Esses textos foram reunidos por nós em um conjunto designado de **textos dos 15 anos**²¹. A historicidade tecida nessas materialidades pode ser exemplificada pelo ‘texto B’, no qual podemos observar a repetibilidade do discurso das demandas por infraestrutura, a ênfase para as conquistas (“lutaram e conseguiram”), o destaque para a instituição escolar (“uma escola particular mas que não precisa pagar”) e, especialmente, a história da comunidade estreitamente vinculada à história de vida dos adolescentes, ao modo de uma articulação que pode ser formulada como “**vida-história-comunidade**”, presentificada no conjunto das produções.

Texto B:

Minha mãe me contou que há anos atrás um grupo de moradores invadiram essas terras, morando em barracas essas pessoas sobreviveram, não tinha água, não tinha luz, a água era pega em uma torneira que ficava um pouco longe das barracas, as luzes eram improvisadas com velas, a minoria tinha lampião.

Muitas pessoas vieram para cá porque não tinham dinheiro para pagar o aluguel. Os anos iam passando e muitas pessoas viam morar em barracas, e pelo mesmo motivo do aluguel.

Crianças não estudavam porque as escolas, ficavam muito longe com, bebês, crianças, adultos e idosos essas pessoas lutaram e conseguiram a primeira conquista, com um grupo de pessoas foi criada a Nova Santa Marta com casas construídas pelos próprios moradores começou ali uma nova vida.

Mas com as crianças ainda analfabetizadas moradores ficaram muito felizes com as casas, foi aí que a Nova Santa Marta conseguiu mais uma conquista com um grupo de irmãos foi criada a Escola Marista uma escola particular mas que não precisava pagar, a comunidade ficou muito feliz agora as crianças iriam[] a ler e escrever.

Faz 11 anos que eu moro aqui e 6 anos que estou na escola Marista, essa foi um pouco da história da Nova Santa Marta. E agora a Nova Santa Marta cresceu e agora faz história.

A relação que apontamos acima, por meio da tríade “**vida-história-comunidade**”, é observada no montante dos textos e determinadamente nos títulos destes (vide quadro 01). Desse modo, agrupamos os títulos, segundo a repetibilidade observada, e, posteriormente, de acordo com quatro eixos temático-discursivos, a saber *vida*, *vida-comunidade*, *comunidade*, *história*, traçados também mediante as repetibilidades nominais. Tais grupos de sentidos foram esboçados a partir dos sentidos formulados no interior dos textos e dos quais os títulos são elucidativos, de forma que podem ser analisados por meio da relação que se estabelece entre eles, a qual vem a

²¹ Quarenta textos reunidos em Vargas (2008).

compor a tríade que propusemos e ilustramos no quadro 01 a seguir elaborado a partir dos 40 títulos do grupo **textos dos 15 anos**:

Quadro 01 – Títulos de cada um dos 40 textos dos 15 anos agrupados por eixos temáticos que compõem a tríade vida-história-comunidade :	
VIDA	VIDA-COMUNIDADE
Minha Vida Minha Vida Minha Vida Minha Vida Minha Vida Minha Vida Minha Vida Minha Vida Minha Vida Minha Vida Minha Vida Minha Vida Minha Vida Minha Vida A Minha Vida	A Minha Vida na Comunidade A Minha Vida na Comunidade Minha Vida na Comunidade Minha Vida na Comunidade Minha Vida na Nova Santa Marta Minha Vida na Nova Santa Marta
COMUNIDADE	HISTÓRIA
Nova Santa Marta Nova Santa Marta Nova Santa Marta Nova Santa Marta Nova Santa Marta Nossa Santa Marta A Nossa Comunidade A Comunidade da Nova Santa Marta A Comunidade Comunidade	História No Passado O Início O Início A História da Minha Vó sobre a Comunidade A Minha Chegada As Conquistas da Comunidade sem título (1) ²² sem título (2) sem título (3)

A representação que elaboramos aponta de modo forte para a relação (minha) história de vida = história da/na comunidade. Importa ainda sublinharmos uma outra relação que se mostra de modo relevante nos textos, a que diz respeito aos dizeres do MNLM.

INFINITIVAMENTE OCUPANTE: OCUPAR, RESISTIR, MORAR

O enunciado nas faixas do MNLM “Ocupar, resistir para morar” (vide foto 01) carrega estreita relação com “Ocupar, resistir, produzir” do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST e “Ocupar, resistir e defender” do MDST –

²² Embora os três textos não apresentem título, trazem como eixo norteador uma narração de eventos que contemplam uma história do sujeito e/ou do lugar.

Movimento Democrático dos Sem-Terra²³. Do ponto de vista da articulação lingüístico-discursiva, relaciona-se com os recortes que salientamos nas SDs 01 a 08 dos **textos-ponte**, bem como em caráter analítico-ilustrativo, na figura 01. Desse modo, vem a apontar para uma discursividade que se articula por entre enunciados que conclamam à resistência, que atualiza saberes discursivos, alinhamos com o que chamaríamos ‘movimento social de esquerda’ (sob o reconhecimento do risco de uma redução).

Foto 01 - Caminhada/Manifestação pela comunidade alusiva aos 15 anos de ocupação da fazenda, em 07/12/2006. Fonte: Acervo pessoal.



Banner em detalhe:



A discursividade na comunidade, representada pelos dizeres dos adolescentes, está constituída e organizada em torno de uma práxis: visa à ‘ação’ que desencadeia um ‘processo’, ambos mediados por um ‘objetivo’. Nesse sentido, importa retomarmos a análise dos **textos-ponte**: é necessário LUTAR (ação), o que envolve ‘fazer’; protesto, passeata, mutirão, abaixo-assinado, com o objetivo de que se possa CONQUISTAR (processo) o direito de ‘conseguir’ uma PONTE (objetivo). Para nós, a relação afigura-se bastante estreita: para MORAR (objetivo) é preciso OCUPAR (ação) e é necessário RESISTIR (processo) no lugar a fim de que a moradia se efetive.

Para mais, a tríade verbal no infinitivo: **Ocupar, resistir para morar** forja um lugar a ser ‘ocupado’. Um espaço a ser tomado pelo sujeito mediante luta (vide figura 03). **Ocupar, resistir e morar** são ações instadas a serem efetivadas por atores não conclamados, não tematizados. Não está dito. O ‘todos’ da universalização entra em funcionamento. O lugar do sujeito a incorporar a luta seria então fabricado pela ação,

²³ Dois enunciados analisados por Indursky (2006).

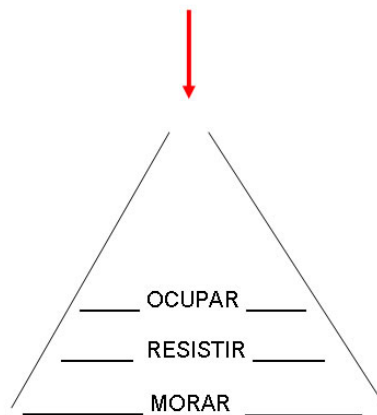
pelo verbo (sem flexão). O enunciado articula todo o processo de ação e é por meio dela que a comunidade toma corpo, pela práxis que deixa em suspenso um lugar a ser ocupado por toda e qualquer pessoa, por ‘todos’. O modo de ‘habitar’ este espaço configura um devir (cf. LEWKOWICZ *et al.*, 2003), este que é, sem dúvida, vivido/praticado em singularidade, conforme procuramos demonstrar em nosso estudo, ao qual nos reportamos, em parte, aqui.

O objeto de nosso estudo, em especial no que tange à análise dos recortes, constituiu-se, essencialmente, de textos de adolescentes da comunidade Nova Santa Marta. No entanto, as primeiras visadas analíticas que empreendemos levaram-nos a buscar outras textualidades que nos possibilitaram tanto trazer à tona as condições de produção dos textos dos alunos, do discurso na comunidade, como também observar as relações entre saberes advindos de diferentes FDs que entram em funcionamento na discursividade dos adolescentes. Nosso interesse pautou-se em vislumbrar as possibilidades de movimento dos sujeitos em (se) significar diante de uma profusão de discursos que instam a ‘um’ discurso modular, ao ‘engajamento’, seja pela orientação libertário-religiosa da escola, seja pelo discurso afirmativo do movimento social que repercute na ocupação, como também por aqueles de líderes comunitários; discursos estes que demonstram certa regularidade (repetibilidade), ligações semântico-discursivas com os dizeres dos alunos e que engendram sentidos em comum, que nos levam a compreender o sentido de ‘comunidade’ em seu funcionamento, em seus limites e em suas virtualidades. Sentidos que projetam tênues singularidades, alçam a subjetivação ao devir.

O cenário atual impõe pensar estratégias de subjetivação mediante uma noção de resistência que reclama novos olhares: estando as funções do Estado enfraquecidas, ao que se resiste?

Ao curso de nosso trabalho, vimos a noção de resistência se movimentar. Hoje, resistir não significa ‘desligar-se’, enfrentar ou negar a individualização pelo Estado mediante seus aparelhos ou mesmo pela micropolítica que se espalha em todo o tecido social, mas, pelo contrário, resistir assevera a urgência de se estabelecer laços, ligar-se, habitar um espaço, vincular-se de forma a ‘participar do jogo’ de produção de sentidos, de subjetividades, de vida, e, dentro dele, quiçá, forjar o novo...

Figura 03 – Representação analítica do ‘modo de habitar’ na comunidade



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Lei N° 7933*. Sistema Legis. Porto Alegre, RS. Nov. 1984. Disponibilidade em: <http://www.al.rs.gov.br/Legis/M010/M0100017.asp?txtNumDocs=10>.

BARRETO, R. G. Análise de Discurso: Conversa com Eni Orlandi. In: *Teias*. Rio de Janeiro, 2006, ano 7, n° 13-14, jan/dez.

Disponibilidade em:

[http://www.periodicos.proped.pro.br/index.php?journal=revistateias&page=article&op=viewFile&path\[\]=210&path\[\]=209](http://www.periodicos.proped.pro.br/index.php?journal=revistateias&page=article&op=viewFile&path[]=210&path[]=209)

BLOG PROJETO PERIFERIA. Disponibilidade em:

<http://novasantamarta.blogspot.com/2007/06/vida-na-periferia.html>

BOTEGA, L. da R. *Ocupação da Fazenda Santa Marta em Santa Maria-RS (1991-1993)*. Monografia. Especialização em História do Brasil – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS, 2004.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTA MARIA. *Legislação*. Santa Maria, RS. Disponibilidade em: <http://www.camara-sm.rs.gov.br/>

ESCOLA MARISTA SANTA MARTA. [s/d]. Vídeo Institucional. Santa Maria, RS: KVA Produções.

ESCOLA MARISTA SANTA MARTA. *Nossa História*. Disponibilidade em: <<http://www.maristas.org.br/colegios/page.asp?cod=28&codpag=1044>>. Acesso em mai.2006.

GADET, F.; PÊCHEUX, M. *A língua inatingível: o discurso na história da lingüística*. Trad. de Bethania Mariani (et al.) Campinas, SP: Pontes. 2004.

GUIMARÃES, E. *Semântica do Acontecimento*: um estudo enunciativo da designação. Campinas-SP: Pontes, 2005.

LEWKOWICZ, I.; CANTARELLI, M.; Grupo Doze. *Do Fragmento à Situação*: anotações sobre a subjetividade contemporânea. Trad. de Maria O. Payer e Romualdo Dias. [Del Fragmento a la Situación. Notas sobre la Subjetividade Contemporânea. Argentina: Editorial Altamira, 2003]. 2006.

MARIANI, B. Sujeito e sentido: efeitos de linguagem. In: *Selección de Artículos Presentados durante el Tercer Coloquio Latinoamericano de Estudios del Discurso*. Santiago do Chile: Universidad de Chile y Pontificia Universidad Católica de Chile, 1999. Disponibilidade em:

<http://www.uchile.cl/facultades/filosofia/Editorial/libros/discurso_cambio/65Marian.pdf>

MOVIMENTO NACIONAL DE LUTA PELA MORADIA. Disponibilidade em: <http://www.mnlmsm.blogspot.com/>

ORLANDI, E. P. À flor da Pele. In: MARIANI, Bethania (Org.). *A escrita e os escritos*: reflexões em análise do discurso e psicanálise. São Carlos- SP: Claraluz, 2006.

_____. *Discurso e Texto*: formulação e circulação dos sentidos. 2. ed. Campinas-SP: Pontes, 2005.

_____. *Língua e Conhecimento Lingüístico: Para uma História das Idéias no Brasil*. São Paulo-SP): Cortez, 2002.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso*: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. de Eni P. Orlandi *et al.* 3. ed. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1997.

SCHERER, M. de F. *Nova Santa Marta*: uma evolução histórico-espacial. Santa Maria-RS: Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Departamento de Geociências, Grupo de Pesquisa em Educação e Território, 2005, 36 p. (cartilha).

VARGAS, R. M. A. *Ponte para o Devir*: um trajeto por entre saberes discursivos. Dissertação (Mestrado em Letras/Estudos Lingüísticos). Santa Maria-RS: PPGL/Universidade Federal de Santa Maria, 2008.

Data de Recebimento: 07/04/2009

Data de Aprovação: 03/06/2009

Para citar essa obra:

VARGAS, Rejane Maria Arce. Repetível ao Historicizado: Notas Sobre uma Prática de Sentidos. RUA [online]. 2009, no. 15. Volume 1 - ISSN 1413-2109

Consultada no Portal Labeurb – *Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade*

<http://www.labeurb.unicamp.br/rua/>

Laboratório de Estudos Urbanos – LABEURB
Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade – NUDECRI
Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

<http://www.labeurb.unicamp.br/>

Endereço:

Rua Caio Graco Prado, 70

Cidade Universitária “Zeferino Vaz” – Barão Geraldo

13083-892 – Campinas-SP – Brasil

Telefone/Fax: (+55 19) 3521-7900

Contato: <http://www.labeurb.unicamp.br/contato>